



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria Executiva  
Coordenação Geral de Gestão de Fundos

**Ata da 28ª Reunião Ordinária do CT-Espacial**



**Data:** 08 de outubro de 2018

**Horário:** 14h - 17h30

**Local:** MCTIC<sup>1</sup>, Bloco E, Brasília-DF

## 1. Presentes

---

### 1.1. Membros do Comitê Gestor do Fundo Setorial Aeronáutico

José Raimundo Braga Coelho (AEB) – Presidente  
Hudson Costa Potiguara (MD)  
Marçal Rodrigues Goulart (Infraero)  
Paulo Rodrigo de Moura (Anatel)  
Walter Bartels (CNI)

#### **Ausências**

Álvaro Toubes Prata (MCTIC/Seped)  
Laudir Francisco Schmitz (AEB) – Enviou representante  
Adriana Maria Tonini (CNPq) – Enviou representante  
Thyrso Villela Neto (SBPC)

### 1.2. Representante de Membros, Equipe Técnica e Convidados

Leila de Moraes (EAB)  
Kristiane Mattar Accetti Holanda (CNPq)  
Carlos Alberto Macedo Cidade (CNI – AIAB)  
Yuri Rafael Della Giustina (MCTIC/Sexec/CGGF)  
André Luiz Teixeira Gonçalves (MCTIC/Sexec/CGGF)  
Carlos A. Gurgel Veras (AEB/DSAD)

---

<sup>1</sup> Glossário de siglas no fim do documento.

Carolina Pedroso (AEB/DPEI)  
Paulo Eduardo Rocha (AEB/DPOA)  
Augusto César de M. Willer (CNPq)  
José Henrique Pereira (Finep)  
Enio N. Carvalho (CNPq)

### **Ausências**

Marcio Yoshihiro Ikegami (Finep)  
Viviana Simon (MCTIC/Sexec/CGGF)  
Lilian Rose Peters (MCTIC/Sexec/CGGF)

## **2. Pauta**

---

1. Abertura pelo Presidente (14h às 14h15)
  - 1.1. Saudações iniciais;
  - 1.2. Ciência da ata da 27ª reunião do Espacial.
2. Visão Geral do FNDCT e CT-Espacial (14h15 às 16h30)
  - 2.1. Estrutura de governança x Estrutura institucional;
  - 2.2. Balanço e Perspectivas Orçamentárias e Financeiras;
  - 2.3. Projetos Apoiados;
  - 2.4. Auditoria CGU sobre o FNDCT;
  - 2.5. Relatórios Anuais do Fundo Setorial Espacial 2014 a 2016;
  - 2.6. Manual Operativo / Regimento Interno;
  - 2.7. Nova legislação sobre o CT Espacial;
  - 2.8. Novo Marco Legal da C&T.
3. Temas para discussão e deliberações (16h30 às 17h30)
  - 3.1. Diretrizes do CT Espacial / Discussão das Diretrizes / Estratégia para revisão das Diretrizes;
  - 3.2. Subsídios para elaboração da PLOA 2020;
  - 3.3. Avaliação da recomendação da CGU.

## **3. Andamento**

---

### **1 Abertura pelo Presidente**

#### **1.1 Saudações iniciais**

O Sr. José Raimundo Braga Coelho, Presidente do CT-Espacial e também da AEB, iniciou a reunião apresentando-se. Citou que a última reunião realizada, a 27ª, foi em 2014 e que um dos resultados foi uma revisão, juntamente com o CGEE, das Diretrizes do Fundo. Destacou o Plano de Ação Conjunta Inova Aerodefesa, de 2013,

o qual foi apoiado pelos Fundos Setoriais Espacial e Aeronáutico. Congratulou o retorno das reuniões do CT-Espacial e enfatizou a importância da utilização desses dois Fundos numa gestão bem coordenada do Programa Espacial Brasileiro - PEB por meio de uma governança coletiva entre o Setor Militar e o Civil. Outrossim, avultou a necessidade de maiores recursos e, principalmente, sua regularidade para que a Indústria Espacial Brasileira receba apoio continuado. Informou que o Fundo, embora tímido para elevar o Brasil a níveis internacionais, auxilia o Setor Espacial, sobretudo, na formação de pessoal especializado. Por fim, agradeceu a presença de todos e solicitou que as próximas reuniões sejam na AEB e conjuntas entre os dois Fundos que se complementam: o Espacial, voltado a novas ideias, com mais inovação; e o Aeronáutico, mais próximo da finalidade comercial.

O Sr. Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador da Cogef/MCTIC, apresentou-se e esclareceu sobre a relação da CGGF/MCTIC com o FNDCT. Iniciou uma rodada de apresentações dos presentes. Perguntou se todos estavam de acordo com a pauta e todos se posicionaram positivamente. Informou que o item 2.8, Novo Marco Legal da C&T, o qual será apresentado pelo Sr. José Mário Campagnolo, Setec/MCTIC, poderá sofrer uma inversão de pauta devido à sua disponibilidade de horário.

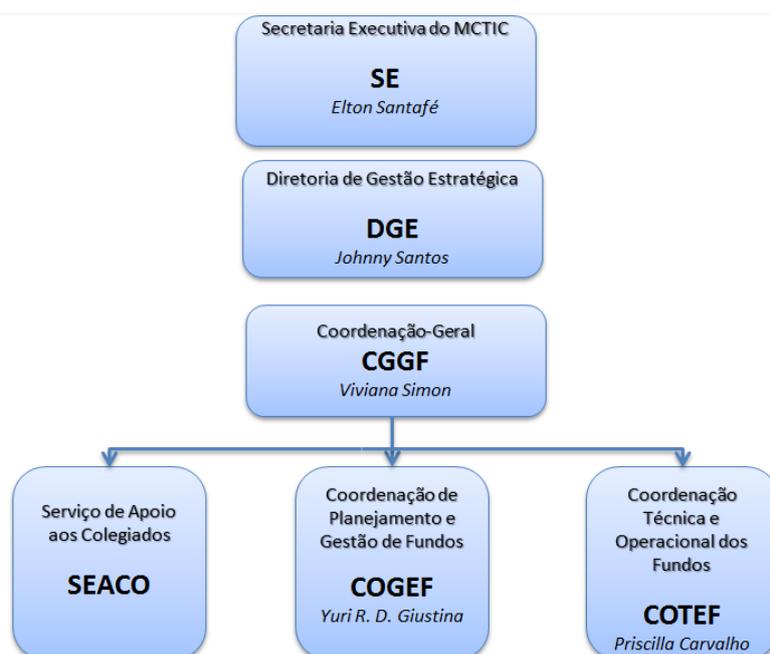
## 1.2 Ciência da ata da 27ª reunião do Espacial

O Sr. Yuri citou que devido ao longo tempo entre a 27ª RO e a 28ª RO, cerca de 4 anos, seria intempestivo a aprovação da ata da 27ª na atual reunião, por isso houve, apenas, o envio por e-mail para ciência de todos.

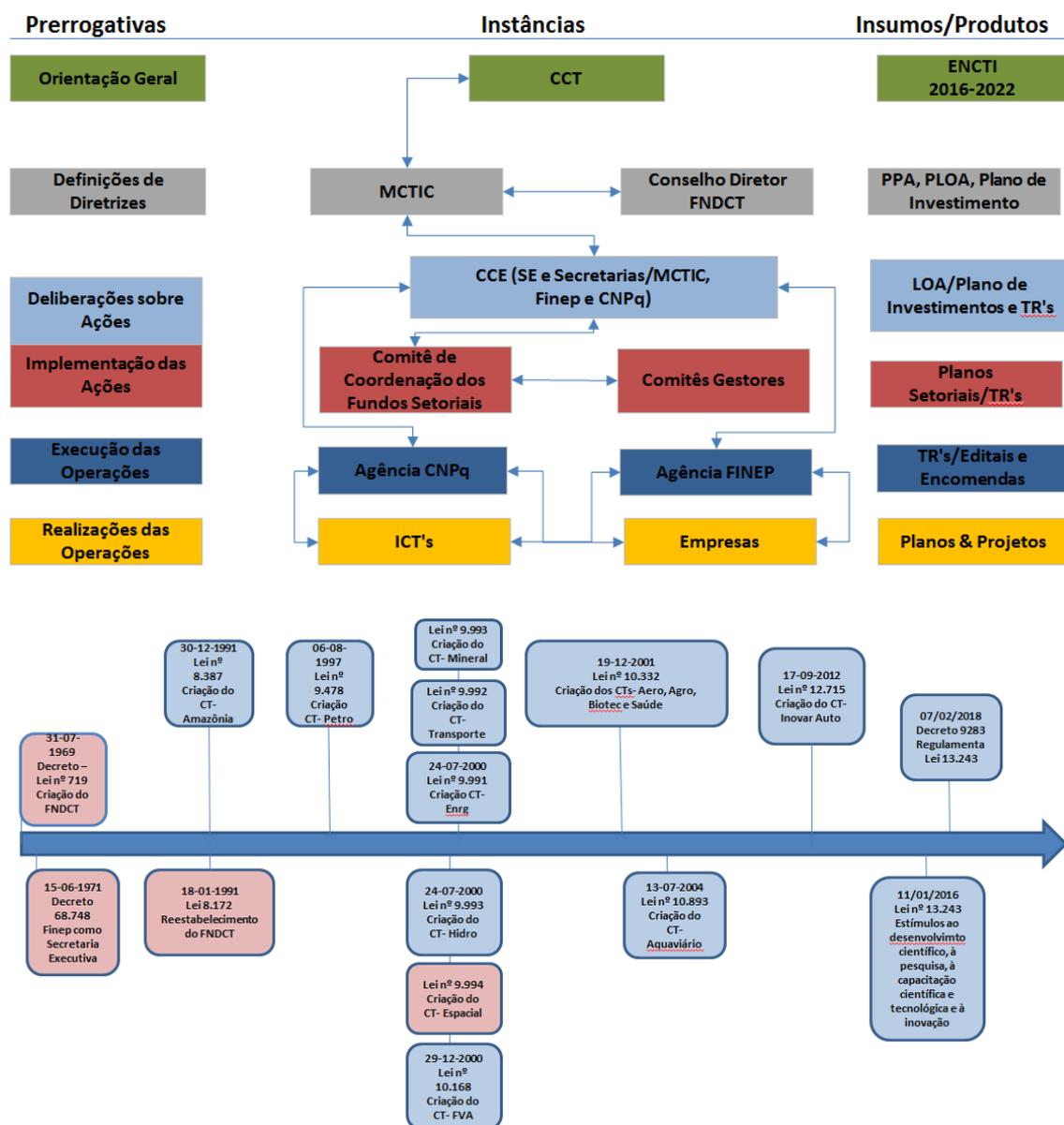
## 2 Visão Geral do FNDCT e CT-Espacial

### 2.1 Estrutura de governança x Estrutura institucional

O Sr. Yuri iniciou a apresentação do tópico pela estrutura institucional da Sexec/MCTIC.

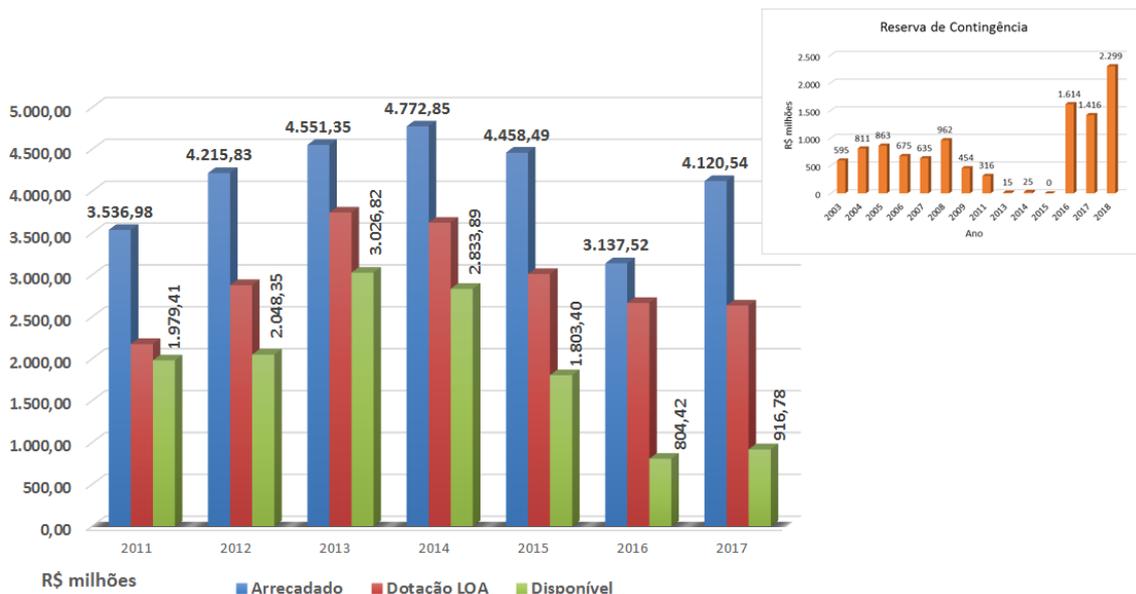


Em seguida detalhou a estrutura de governança do FNDCT perpassando pelas instâncias decisórias e pela cronologia da legislação relacionada.



## 2.2 Balanço e Perspectivas Orçamentárias e Financeiras

Na sequência, apresentou o histórico da arrecadação, da dotação orçamentária e da disponibilidade financeira do FNDCT com destaque para o crescimento da Reserva de Contingência nos últimos exercícios.



Citou a Lei 9.994 de 24 de julho de 2000 que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, especialmente sobre as receitas do Fundo, incisos de I a IV do art. 1º:

Art. 1º É instituído o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, destinado ao fomento da atividade de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do Setor Espacial, a ser custeado pelos seguintes recursos, além de outros que lhe forem destinados para a mesma finalidade:

I – vinte e cinco por cento das receitas a que se referem o art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, na redação dada pelo art. 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e o art. 48 desta última Lei, provenientes da utilização de posições orbitais;

II – vinte e cinco por cento das receitas auferidas pela União, provenientes de lançamentos, em caráter comercial, de satélites e foguetes de sondagem a partir do território brasileiro;

III – vinte e cinco por cento das receitas auferidas pela União, provenientes da comercialização dos dados e imagens obtidos por meios de rastreamento, telemédias e controle de foguetes e satélites;

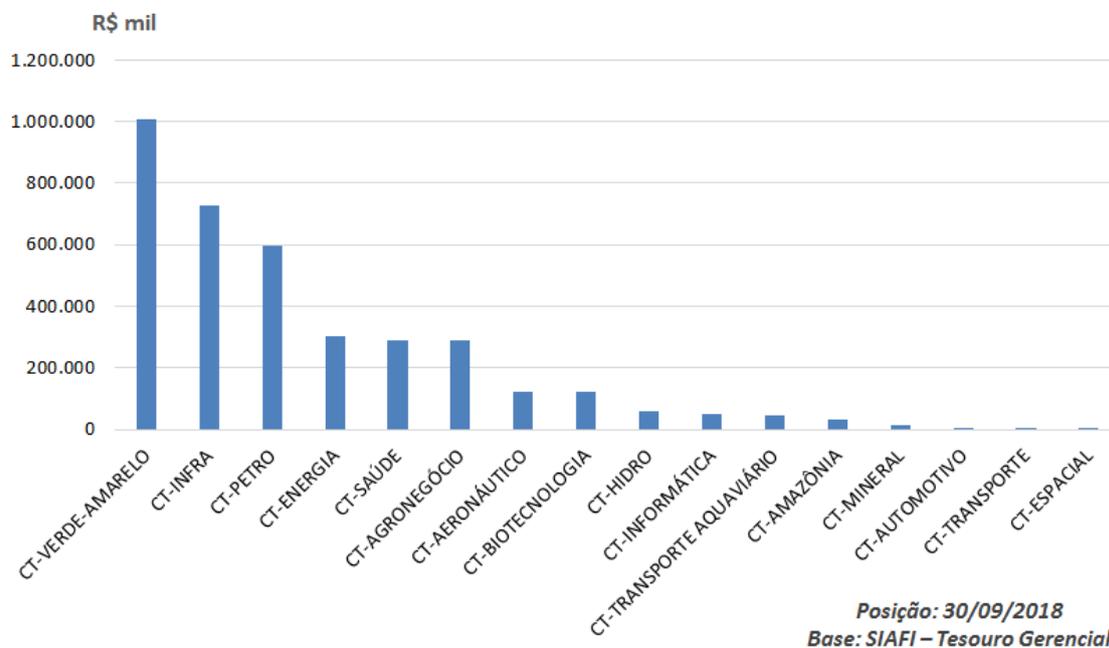
IV – o total da receita auferida pela Agência Espacial Brasileira – AEB, decorrentes da concessão de licenças e autorizações.

A Sra. Leila de Moraes, representante do conselheiro pela AEB, informou que apenas a fonte definida no inciso I possui arrecadação nos dias de hoje. O Sr. Paulo Rodrigo de Moura, conselheiro pela Anatel, avisou sobre uma proposta da Agência com a redução dos valores da utilização de posições orbitais com o intuito de aquecer esse mercado. Ainda sobre esse assunto, o Sr. Carlos A. Gurgel Veras citou um evento recente na Colômbia que destacava a dificuldade de se conseguir posições orbitais as quais possuem alta demanda, o que deveria majorar o preço dessas posições e não as minorar como intenciona a Anatel.

A Sra. Leila informou, também, sobre o PL 3.151/2004 que altera a Lei nº 9.994/2000, com o intuito de ampliar as fontes de recursos do Programa de Desenvolvimento Científico do Setor Espacial. O Presidente se posicionou sobre a importância do aumento das fontes de receita, principalmente sobre o Fistel e disse

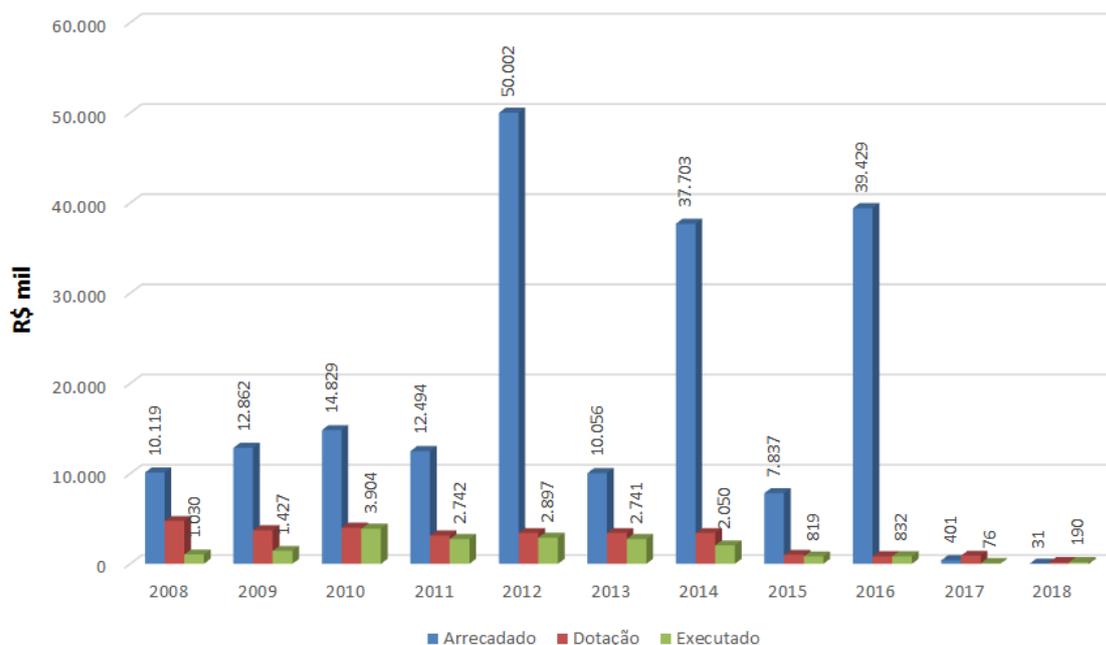
que o PL passou pelas comissões da Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Plenário.

O Sr. Yuri continuou mostrando um comparativo da arrecadação dos fundos do FNDCT. Todos realçaram como um fato negativo a última posição em que se encontra o Fundo Setorial Espacial.



O Sr. Carlos Gurgel destacou que diversos outros setores se relacionam com o setor Espacial; que além dos fundos transversais – FVA, voltado à interação universidade-empresa, e Infra, voltado a melhoria da infraestrutura de ICTs –, o Fundo Setorial Petro, o Agro, o Hidro, o Amazônia, o Automotivo, o Transporte, o Aeronáutico poderiam, de alguma forma, apoiar projetos envolvendo a área Espacial, uma vez que, frequentemente, atividades desses setores utilizam sistemas de comunicação, de controle ou de monitoramento envolvendo soluções da área Espacial, como o uso de GPS por exemplo. O Presidente, assim como a Sra. Leila, ratificou essa colocação complementando que a área de metodologia deveria buscar recursos dos fundos transversais e solicitou mais detalhamento sobre a possibilidade dos outros fundos apoiarem ações do Espacial nas próximas reuniões.

O Sr. Yuri mostrou o histórico orçamentário e financeiro do FS Espacial que apresenta muita oscilação.



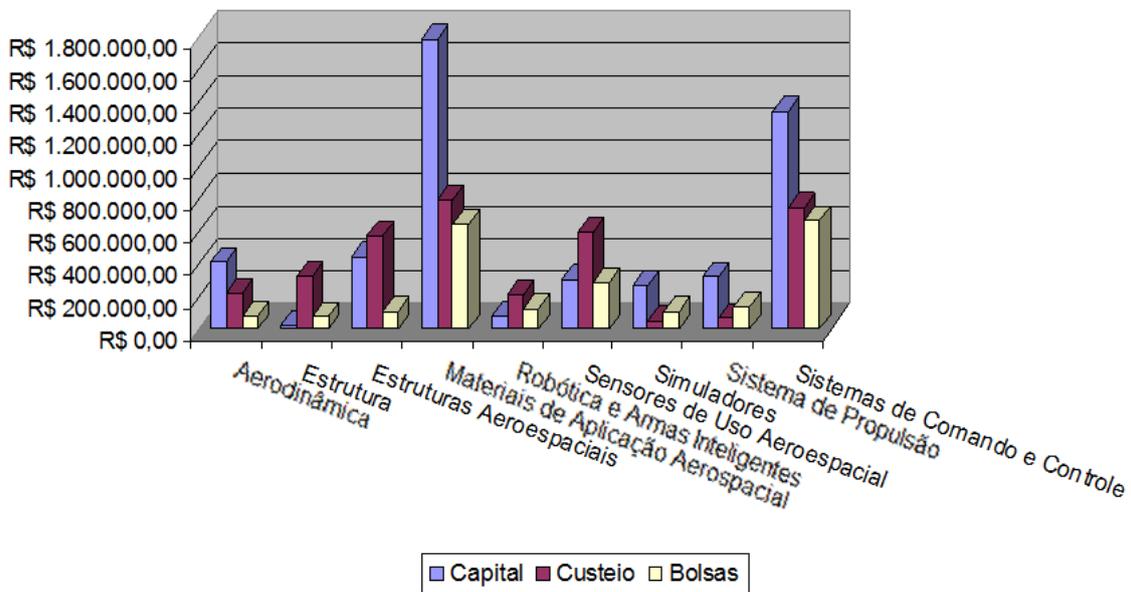
Informou sobre um contato que teve com a SOF, que por sua vez sugeriu o envolvimento da STN sobre possível erro no valor do Siafi, a menor. O Sr. José Henrique Pereira, da Finep, também concordou com a suspeita, pois há diferença significativa entre as informações constantes no Siafi e no SIOP. O Sr. Yuri continuou informando que a TFF dependendo da forma de apropriação pode ou não integrar as receitas do Fundo. A Sra. Leila comentou que os picos, provavelmente, se devem a licitações ocorridas; colocou que a reserva de contingência do FS Espacial parece mais acentuada que dos demais e que o orçamento está vindo no valor de despesas já assumidas, desconsiderando valores para novos projetos.

Por fim, houve posicionamento, da Sra. Leila e do Sr. Carlos Gurgel, sobre os custos cobrados pela Finep para operacionalizar o Fundo. O Sr. José Henrique justificou a cobrança explicando que existem muitos gastos que necessitam ser cobertos. O Presidente encerrou a questão sugerindo outro momento para essa discussão.

### 2.3 Projetos Apoiados

O Sr. Enio N. Carvalho, CNPq, iniciou sua apresentação relatando a existência de poucos projetos em execução oriundos da chamada pública 22/2013 que possuiu R\$ 3 milhões em recursos do FS Espacial – essa Chamada foi conjunta com o FS Aeronáutico que apoiou com mais R\$ 8 milhões. O último projeto em execução encerra-se neste mês, outubro de 2018. O CNPq informou, ainda, que promoverá uma avaliação dessa Chamada Pública. Sobre essa avaliação, o Sr. Carlos Gurgel sugeriu que a Instituição se inteirasse sobre o tema “avaliação de maturidade tecnológica” para futuras ações desse tipo e disse, inclusive, que a AEB possui uma calculadora que avalia essas métricas resultando no nível de maturidade tecnológica da Instituição, que vai de 1 a 9. O CNPq, também, abordou ações que não utilizam recursos do FNDCT – com foco na formação de qualificação especializada, em destaque, uma parceria com a AEB e outra com execução pelo IAE.

## Chamada 22 / 2013



Na sequência, o Sr. José Henrique iniciou a apresentação da Finep. Declarou que há dois projetos em execução e três finalizados no período de 2015-2018.

### • Projetos em Execução.

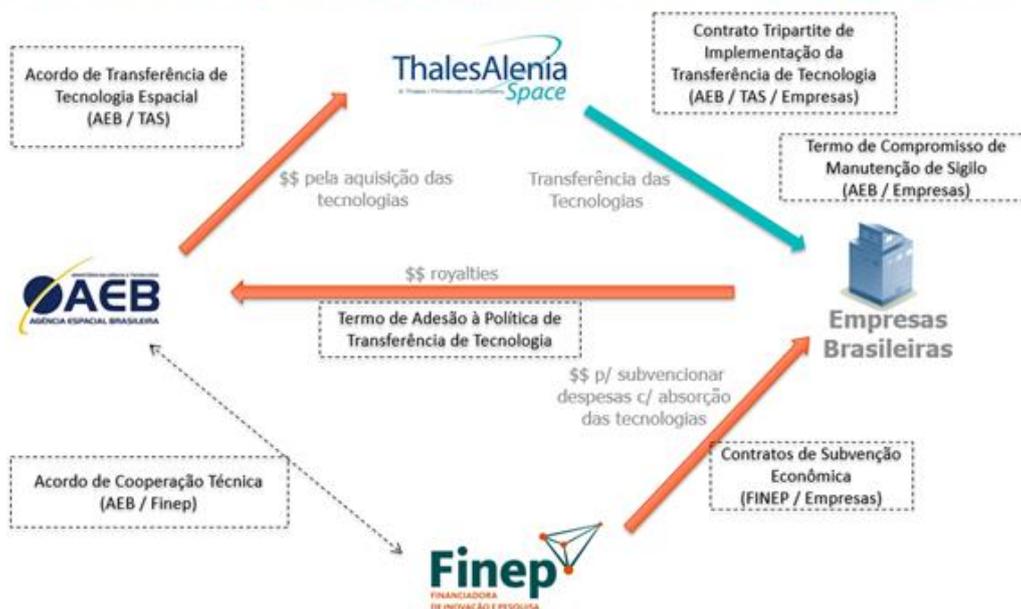
Ação / Ano	Fonte	Título do Projeto	Executor	Valor FNDCT	Prazo de Execução
Encomenda Vertical / 2009	Espacial	Combustão Supersônica Assistida por Laser com Aplicação Aeroespacial	IEAv	R\$ 5.495.816,00	11/05/2019
Encomenda Vertical / 2012	Espacial	Desenvolvimento de Tecnologias em Sistemas de Injeção para propulsores líquidos	ITA	R\$ 1.020.376,00	27/12/2018

### • Projetos Finalizados.

Ação / Ano	Fonte	Título do Projeto	Executor	Valor FNDCT	Prazo de Execução
Encomenda Vertical / 2008	Espacial	Medida de Velocidade em Escoamento Hipersônico	IEAv	R\$ 1.600.978,00	28/03/2016
Encomenda Vertical / 2008	Espacial	Desenvolvimento e Lançamento em Balão do Experimento <u>protoMIRAX</u>	INPE	R\$ 4.219.215,00	11/05/2017
Encomenda Transversal / 2006	Espacial e outros.	Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial	DCTA	R\$ 33.245.999,98	28/12/2016

Relatou que a Finep utiliza recursos de outros fundos para apoio à área Espacial. O Presidente solicitou maiores detalhes dessa informação, inclusive com os resultados alcançados por meio desse apoio não oriundo do FS Espacial. O Sr. José Henrique continuou exemplificando com o Edital 2015 que contratou cinco dos seis tópicos apresentados com um volume de R\$ 22 milhões para subvenção econômica e o edital 2018 com apoio de R\$ 30 milhões e contemplando o tópico não apoiado em 2015.

# Editais AEB/Finep ToT SGDC – 2015 e 2018



Finalmente, o Sr. Yuri apresentou um compilado de ações e de projetos apoiados pelo FS Espacial. O Presidente, mais uma vez, solicitou maiores detalhes dessas iniciativas e de seus resultados.

Ano Demanda	Ação	Agencia	Instrumento	Exec	Total
2005	Programa Nacional de Atividades Espaciais /PNAE.	Finep	Encomenda	INPE	1.100.000,00
2006	Produção de filmes finos de óxido de vanádio por pulverização catódica	Finep	Encomenda	IME	250.000,00
2006	Estudo da combustão com propelentes criogênicos utilizando câmara de elemento único	Finep	Encomenda	ITA	130.000,00
2006	Tecnologia de fabricação e análise de falhas em materiais compósitos termoe estruturais	Finep	Encomenda	ITA	800.000,00
2006	Demonstrador de veículos à propulsão a laser	Finep	Encomenda	CTA	250.000,00
2006	Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial – Ano 2	Finep	Encomenda	INPE	1.316.000,00
2008	Desenvolvimento e Lançamento em Balão do Experimento protoMIRAX	Finep	Encomenda	INPE	4.250.000,00
2008	Medida de velocidade em escoamentos hipersônicos	Finep	Encomenda	IEAv	1.750.000,00
2009	Qualificação e certificação de gargantas de tuberias de foguetes	Finep	Encomenda	IAE	4.500.000,00
2009	Combustão supersônica assistida por laser com aplicação aeroespacial	Finep	Encomenda	IEAv	6.100.000,00
2011	Edital Universal 2011	CNPq	Edital 14/2011	Diversos	560.000,00
2012	Desenvolvimento de Tecnologia em Sistema de Injeção para pulsos líquidos	Finep	Encomenda	ITA	1.021.000,00
2012	Edital Universal - 2012	CNPq	Edital 14/2012	Diversos	830.000,00
2013	Apoio ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no setor Aeroespacial	CNPq	Edital 22/2013	Diversos	3.000.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>25.857.000,00</b>

Ano	Projeto	Agência	Valor	Fundo/Modalidade
2014	Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC	Finep	240.379.564,85	Reembolsável/FUNTEL
2018	TR - Transferência de Tecnologia do SGDC - Cargas úteis ópticas de observação	Finep	31.400.000,00	Subvenção
2008	Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS	Finep	31.300.000,00	CT-TRANSVERSAL
2014	Atualização da Infraestrutura de Testes de Propulsores de Satélites do INPE	Finep	13.910.000,00	CT-TRANSVERSAL
2015	DESENVOLVIMENTO DE SUBSISTEMA PROPULSÃO MONOPROPELENTE PARA PEQUENOS SATÉLITES	Finep	10.966.650,00	Subvenção
2003	SATÉLITE GEOESTACIONÁRIO BRASILEIRO	Finep	10.080.000,00	FUNTEL
2015	Sistema de Gestão de Imagem de Satélite e Aéreas de Alta Resolução e Alta Disponibilidade para Aplicações em Defesa Civil (SGIHD-DC)	Finep	8.685.445,30	Reembolsável
2014	DESENVOLVIMENTO DOS MÓDULOS INTER-ESTÁGIOS PARA O VEÍCULO LANÇADOR DE MICROSATÉLITES ? VLM / PNAE	Finep	6.209.427,01	Subvenção
2015	Subsistema de Potência e Geradores Solares para Satélites	Finep	5.000.000,00	Subvenção
2014	VLM1 - Veículo Lançador de Microsatélites	Finep	4.658.477,00	Subvenção
2007	Desenvolvimento de computador de bordo para uso em satélites	Finep	3.954.378,90	Subvenção
2007	Desenvolvimento de elementos mecânicos e estruturais básicos para modelo de engenharia de sistema de controle de atitude de satélite	Finep	3.888.200,00	Subvenção
2012	Desenvolvimento da fase inicial da missão SABIA-Mar (Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente)	Finep	3.256.480,00	CT-TRANSVERSAL
2007	Outros projetos	Finep	23.719.600,47	Subvenção
2004-2015	Bolsas e Projetos	CNPq	4.114.836,00	Diversos
<b>TOTAL</b>			<b>401.523.059,53</b>	

## 2.8 Novo Marco Legal da C&T (inversão de pauta)

Conforme informado pelo Sr. Yuri no começo da reunião, houve a necessidade de inverter a pauta devido à disponibilidade do Sr. Campagnolo que iniciou a apresentação posicionando o Brasil no cenário de C&T; na aproximação da Ciência, feita pela Academia, à Inovação Tecnológica do Setor Privado, de empresas, de ICTs.

O avanço da ciência brasileira não se refletiu na melhoria dos **indicadores tecnológicos, de inovação e competitividade** nas empresas.

A legislação vigente **não deu a agilidade necessária** para que o conhecimento gerado na academia pudesse ser melhor aproveitado pela sociedade.

Foi necessário um **grande esforço da sociedade em parceria com o Congresso Nacional** para chegar a aprovação de uma legislação que possa dar a agilidade e a segurança jurídica para que o País possa **tirar melhor proveito de sua ciência**.

Apresentou uma cronologia da legislação pertinente:

- 
- 1994 – Lei das Fundações de Apoio (Lei 8.958 de 1994)
  - -----
  - 2004 - **Lei de Inovação (Lei 10.973, de 2004)**
  - 2005 - Decreto Regulamentador (Decreto 5.563, de 2005)
  - 2005 – Lei do Bem (Lei 11.196, de 2005 - Incentivos Fiscais para P&D nas empresas)
  - -----
  - 2010 - Mudança nas Leis 8.666, 8.958 e 10.973 (Lei 12.349, de 2010)
  - -----
  - 2015 – Emenda Constitucional 085, de 2015
  - 2016 - **“Novo Marco Legal” (Lei 13.243, de 2016)**
  - -----
  - 2018 - Decreto Regulamentador (Decreto 9.283, de 2018)

Detalhou diversos aspectos do novo Marco Legal de C&T. Alguns destaques:

Altera **nove** Leis para que universidades e institutos públicos e empresas privadas possam **trabalhar muito mais próximos**.

**Lei de Inovação**, Lei das Fundações, Lei de Licitações, Regime Diferenciado de Contratações Públicas, Lei do Magistério Federal, Lei do Estrangeiro, Lei de Importações de Bens para Pesquisa, Lei de Isenções de Importações e Lei das Contratações Temporárias

#### Alianças Estratégicas

Ampliação dos estímulos à constituição de **alianças estratégicas** e o desenvolvimento de **projetos de cooperação** que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos.

#### Participação Minoritária e Fundos de Investimentos

Autorização às **ICT públicas** integrantes da administração pública indireta, as **agências de fomento**, as empresas públicas e as sociedades de economia mista **a participar minoritariamente do capital social de empresas**.

#### Ambientes Promotores da Inovação

A administração pública direta, as agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação.

- **Ceder o uso de imóveis.**
- **Participar da criação e da governança das entidades gestoras.**
- **Disponibilizar espaço em prédios compartilhados.**

#### Transferência de Tecnologia

Facilidades para a transferência de tecnologia de ICT pública para o setor privado.

- **Extrato de oferta e critérios de seleção flexíveis.**

### Internacionalização de ICTs

Estímulos à internacionalização das ICT públicas, que poderão exercer **fora do território nacional** atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação.

### Estímulo à Inovação nas Empresas

#### **Subvenção Econômica**

- Admitida sua destinação para **despesas de capital** e correntes.
- Finep adotará procedimentos simplificados para MPES.

#### **Bônus Tecnológico**

- Direcionados a micro, pequenas e médias empresas.
- **procedimentos simplificados para seleção das empresas e prestação de contas, que privilegiará os resultados obtidos.**

#### **Encomenda Tecnológica**

- **permissão de compra em escala, incluindo protótipos e escala comercial;**
- **novas modalidades de remuneração.**

### Compras Públicas

- RDC para todas as compras
- Dispensa de licitação para produtos para P&D
- Dispensa de licitação para obras até R\$ 660 mil
- Dispensa de documentação para pronta entrega ou até R\$ 176 mil

O Presidente ratificou a necessidade de maior interação academia-empresa citando o Massachusetts Institute of Technology (MIT) como referência, onde as empresas possuem grande penetração o que auxilia o direcionamento da universidade ao surgimento de *startups*<sup>2</sup> para maior agregação de valor e geração de riqueza.

## **2.4 Auditoria CGU sobre o FNDCT**

Voltando à ordem de pauta, o Sr. Yuri seguiu com o relatório da CGU o qual focava o exercício 2016, todavia o aprofundamento da análise dos aspectos estratégicos abarcou os últimos 10 anos. O relatório possui processos no SEI de números 01250.039474/2017-19 e 01250.024756/2018-01 e resultou em 14 recomendações, sendo 1 para todos os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais:

*7 - Que os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais estabeleçam **critérios de priorização de seus programas e projetos**, incluindo, mas não se limitando, aos resultados e aos impactos observados nos temas do **Modelo de Avaliação Global do FNDCT**, que permitam a esses Colegiados informarem anualmente ao Conselho Diretor do FNDCT as oportunidades, sob o ponto de vista técnico-econômico, para redução e ampliação do investimento em CT&I, em conformidade com a competência prevista no art. 26, inciso I, da Instrução Normativa CD-FNDCT nº 02/2010.*

Conclusão da CGU: recomendação que demandará tempo significativo para sua plena implementação tendo em vista a necessidade de reunião e deliberação dos 16 Fundos Setoriais que integram o FNDCT. Assim, essa recomendação será monitorada pela CGU por meio do Plano de Providências Permanente.

<sup>2</sup> Empresa emergente que tem como objetivo desenvolver um modelo de negócio escalável, repetível, em condições de extrema incerteza, ao redor de um produto, serviço, processo ou plataforma.

Em seguida, apresentou o Modelo Integral de Avaliação Global (MAG) e falou do Sistema Integrado de Avaliação (SAI) da Finep. Informou que o MCTIC formou um grupo de assessoramento e avaliação do MAG, o Gaava, para a sua implementação e que no âmbito do SIA já está ocorrendo a revisão/validação dos indicadores, por meio de uma parceria da Finep com a Unicamp, que deverá ser aproveitada por esse grupo. Disse, ainda, que o MAG deverá ser usado em projetos novos. Apresentou a forma como foi estruturado o MAG pelo CGEE:

Dimensão	Temas
I. Contribuições ao desenvolvimento nacional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Competitividade</li> <li>2. Redução das desigualdades de rendas e de oportunidades</li> <li>3. Sustentabilidade ambiental</li> <li>4. Desenvolvimento regional</li> <li>5. Formação e Internacionalização de recursos humanos</li> <li>6. Criação de empresas de base tecnológica</li> </ol>
II. Fortalecimento da base de pesquisa do país	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Articulação de centros e universidades de pesquisa com empresas</li> <li>8. Participação da pesquisa na fronteira tecnológica</li> <li>9. Participação da pesquisa na fronteira científica</li> <li>10. Atualização e ampliação de infraestrutura de pesquisa</li> </ol>
III. Cultura da Inovação	<ol style="list-style-type: none"> <li>11. P&amp;D na empresa</li> <li>12. Inovações tecnológicas de produto e processo</li> <li>13. Inovações não tecnológicas</li> <li>14. Capacitação para a inovação</li> <li>15. Parcerias para a inovação</li> </ol>
IV. Inteligência do fomento	<ol style="list-style-type: none"> <li>16. Mix de políticas e programas</li> <li>17. Articulação entre agências e fontes de fomento</li> </ol>

O Sr. Yuri sugeriu que a AEB coordene um grupo, de *e-mail* por exemplo, para definir critérios para o Setor. O ponto focal poderia ser o Secretário Técnico, Sr. André Luiz Teixeira Gonçalves.

## 2.5 Relatórios Anuais do Fundo Setorial Espacial 2014 a 2016

O Sr. Yuri apresentou os relatórios anuais de 2014-2017 para ciência, todavia observações poderão ser feitas. Informou que o de 2018 será encaminhado quando for elaborado.

## 2.6 Manual Operativo / Regimento Interno

O Sr. Yuri avisou que os documentos foram enviados aos conselheiros para conhecimento com os devidos ajustes da estrutura de cada órgão/entidade citada.

O Sr. Paulo questionou a frequência das reuniões do Comitê constante no RI, 4 ao ano. O Presidente se posicionou em no mínimo 3 por ano para que a avaliação do Setor possa ser feita a contento.

## 2.7 Nova legislação sobre o CT Espacial

Citou-se, novamente, o PL 3.151/2004 e pediu-se apoio dos órgão/entidades envolvidos. O Sr. Carlos Alberto Macedo Cidade, CNI-AIAB, questionou a posição da Anatel sobre o PL. O Sr. Paulo respondeu que o PL está no âmbito do Congresso Nacional e que, talvez, a Assessoria Parlamentar da Anatel pudesse dar mais detalhes sobre esse posicionamento.

### **3. Temas para discussão e deliberações**

A Sra. Carolina Pedroso, AEB, falou que no Grupo de Trabalho - GT 11, instituído no âmbito da Presidência da República, houve boa discussão sobre o PEB, embora ainda embrionária. O Presidente destacou a importância de o Programa estar próximo da indústria; da infraestrutura pública, como o INPE, ser disponibilizada para uso pelo setor privado. Destacou, ainda, a necessidade de alocação de investimento em empresas integradoras de satélites e lançadores; que o Brasil não precisa de muitas, ao menos uma em cada área. O Major-Brigadeiro Hudson Costa Potiguara, MD, complementou que o Estado deveria financiar e auxiliar no suporte de crises financeiras dessas empresas devido à inconstância desses mercados.

#### **3.1 Diretrizes do CT Espacial / Discussão das Diretrizes / Estratégia para revisão das Diretrizes**

#### **3.2 Subsídios para elaboração da PLOA 2020**

O Sr. Yuri sugeriu que o ajuste/atualização das diretrizes do CT Espacial fosse feito de forma que o grupo pudesse trabalhar ao longo do exercício de 2019 em uma proposta para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020. Solicitou que a AEB dirigisse esse trabalho. O Presidente declarou que a mudança de governança do PEB exige uma revisão das diretrizes, todavia tempestiva em 2019. O Sr. Carlos Gurgel citou documentos preliminares para subsidiar reuniões a respeito dessa tarefa.

#### **3.3 Avaliação da recomendação da CGU**

Não houve objeções à implantação da recomendação ao Comitê. O Presidente solicitou mais informações sobre todas as recomendações para análise, haja vista o bom relacionamento da Agência com a Controladoria.

### **4. Finalização e Encaminhamentos**

---

O Sr. Yuri se comprometeu a formar um grupo de *e-mail* para dar continuidade as tratativas e terminou a Reunião.

Encaminhamentos da reunião:

- 4.1. Finep/MCTIC – Checar com SOF a arrecadação 2017 e 2018.
- 4.2. Finep – Elaborar relatório de projetos.
- 4.3. AEB – Estabelecer critérios para os projetos.
- 4.4. Todos – Apoiar o PL 3.151/2004.
- 4.5. AEB – Coordenar grupo para revisão das diretrizes.

## 5. Glossário de Siglas

---

AEB – Agência Espacial Brasileira

AIAB – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGGF – Coordenação-Geral de Gestão de Fundos (MCTIC)

CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

CN – Congresso Nacional

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cogef – Coordenação de Planejamento e Gestão de Fundos

CT Espacial – Comitê Gestor do Fundo Setorial Espacial

C&T – Ciência e Tecnologia

DPEI – Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (AEB)

DPOA – Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (AEB)

DSAD – Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (AEB)

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FS – Fundo Setorial

FVA – Fundo Verde-Amarelo

Gaava - Grupo Assessor do Modelo Integral de Avaliação Global

GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GT 11 – Grupo de Trabalho 11 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB)

IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço

ICT – Instituição Científica e Tecnológica

Infra – Fundo de Infraestrutura

Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Mag - Modelo Integral de Avaliação Global

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MC – Ministério da Defesa

MIT – Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)

PEB – Programa Espacial Brasileiro

PL – Projeto de Lei

PLOA – Plano Projeto de Lei Orçamentária Anual

RI – Regimento Interno

RO – Reunião Ordinária

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Seped – Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (MCTIC)

Setec – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (MCTIC)

Sexec – Secretaria Executiva (MCTIC)

SIA – Sistema Integrado de Avaliação

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIOF – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TFF – Taxa de Fiscalização do Funcionamento (Fistel)

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas